

---

Trabalho Completo

**EDUCAÇÃO FÍSICA, JUVENTUDE E ENSINO SUPERIOR: NOTAS SOBRE OS  
(DES)ENCONTROS ENTRE O JOVEM E A DOCÊNCIA NA FORMAÇÃO  
ACADÊMICA**

Gilson Cruz Junior<sup>1</sup>

Francisco Eduardo Caparroz<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

<sup>2</sup>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito acadêmico, já é consenso apreender o imperativo da formação profissional do professor como uma demanda que não se restringe unicamente aos espaços universitários. Sabe-se que a responsabilidade de conduzir esse processo recai sobre as instâncias de exercício da docência. É nelas que, de acordo com os desafios trazidos amiúde pelo contexto de intervenção, o professor se depara com a necessidade de fundar novos conhecimentos significativos, na intenção de reinventar os saberes e fazeres de sua ação pedagógica.

Entretanto, ainda que a etapa inicial de formação não seja capaz de condensar todo o conjunto de subsídios preciosos à docência, subvertê-la a um lugar de secundária importância, em relação à formação continuada, significa assumir sérios riscos de mutilar o perfil desse profissional, causando danos severos à sua constituição.

Partimos do entendimento que a preparação acadêmica, reduzida por muitos olhares ao plano da habilitação legal, é um tempo crucial na construção das bases relativas à estrutura identitária docente. Sobre isso, intuímos a necessidade de ressaltar que o tema da identidade figura entre os principais desafios, apresentados no horizonte da formação de professores.

Em face às consequências da Modernidade, somos capazes de observar a reconfiguração dos princípios pelos quais tal noção (identidade), tomada sob o prisma cultural, adquire inteligibilidade. A esse respeito, é indispensável aludir a Hall (2003), quando declara que a fragmentação do sujeito, impacto causado pela nova compreensão acerca dos modos de estruturação e organização da sociedade, é um dos grandes responsáveis por várias dessas transformações. O autor argumenta que

As sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela 'diferença'; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes 'posições do sujeito' – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram

totalmente não é por que elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados (HALL, 2003, p. 17).

No âmbito da educação, um dos corolários desse modo de pensamento pode ser evidenciado pelo crescente reconhecimento do sujeito como domínio de composição multidimensional. Por consequência, também é sublinhada a preocupação com as influências que essa condição exerce sobre diferentes processos de natureza formativa. Fatores socioeconômicos, étnicos e ligados ao gênero: são bons exemplos de eixos temáticos até então pouco explorados, que ao longo das últimas décadas têm adquirido ampla visibilidade no discurso e nas investigações do campo educacional. Mesmo assim, no que se refere às investidas sobre o professor e sua respectiva formação, observamos que, particularmente, uma das dimensões de sua personalidade tem sido pouco esmiuçada nesses estudos: a de jovem.

Este trabalho representa uma síntese, e ao mesmo tempo um prolongamento das reflexões engendradas na pesquisa *Educação Física, Juventude e Sociedade: cenários e desafios da/na formação acadêmico-profissional*. Nela, discutimos a respeito das interfaces existentes entre a noção de Juventude e a formação profissional, na tentativa de identificar alguns dos agentes presentes na constituição desse vínculo, juntamente com as suas manifestações específicas no campo da Educação Física. Não obstante, o foco de nossa incursão atual está centrado sob as significações atribuídas pelos jovens ao *ser professor*, levando em conta alguns dos fatores que interferem em sua configuração. Dito de outra forma, pretendemos ponderar sobre como alguns dos aspectos inerentes à condição juvenil, em contato com as experiências da formação inicial, agem como elementos mediadores das relações entre os acadêmicos e a docência, de modo plasmar ou simplesmente exprimir compreensões acerca da atividade professoral.

## 2. PROCEDIMENTOS METDOLÓGICOS

Este estudo se orientou pelos princípios da investigação qualitativa em educação, apoiando-se, no tocante aos processos de construção dos dados, na perspectiva do trabalho de campo, em concordância com as proposições de Bogdan e Biklen (1994). Trata-se de uma pesquisa exploratória, que visa esboçar uma visão geral do objeto, realçando seus pontos problemáticos de maior tensão.

O curso de licenciatura em EF do CEFD/UFES<sup>1</sup>, foi o espaço no qual ocorreu a investigação. Dele, foram selecionados 26 estudantes para compor o universo amostral da pesquisa. Os critérios de seleção respeitaram a intenção de contemplar apenas indivíduos devidamente periodizados, cursando seu último ano de graduação. Esta triagem abarcou somente os jovens que estivessem próximos de iniciar sua carreira profissional, isto é, aqueles que praticamente encerraram sua estada na universidade.

A construção dos dados ocorreu em duas etapas distintas: 1) por intermédio de um questionário composto por questões fechadas, foram identificados alguns segmentos<sup>2</sup> pertencentes aos itinerários acadêmicos percorridos por estes sujeitos; 2)

<sup>1</sup> Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Estes dizem respeito: a) à produção científica; b) ao rendimento nas disciplinas; c) à participação em

operando na lógica da entrevista reflexiva (SZYMANSKI, 2002), teve o intento de discriminar as motivações intrínsecas a essas iniciativas, bem como seus eventuais impasses e dilemas. Entretanto, para a discussão anunciada neste artigo, optamos por não seguir tal sequência, dimensionando a exposição dos dados de acordo com a sua pertinência para as categorias em foco: a) escolha do curso; b) primeiras experiências na universidade; c) inserções do trabalho na formação acadêmica; d) metas e perspectivas para o futuro.

Entre os vinte e seis estudantes respondentes na primeira etapa, doze concordaram em participar da entrevista, para a qual, quatro deles foram selecionados. Tal escolha se fundamentou nas respostas dadas nos questionários, cuja tabulação permitiu estabelecer uma espécie de “ranking” de participação nas atividades da vida acadêmica. A partir dele, foram escolhidos os dois indivíduos com os maiores (César<sup>3</sup> e Mercedes) e os menores (Jonas e Rosa) níveis de engajamento, de modo a garantir uma análise atenta às diferentes posições em relação ao objeto. Antes da apresentação dos resultados da pesquisa empírica, serão introduzidas algumas noções preliminares, cuja função é contextualizar o debate através de esclarecimentos a respeito do fenômeno juventude, assim como de suas inserções no contexto da educação superior brasileira.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### A JUVENTUDE NO PLURAL

Sem grandes receios, é possível afirmar que os fenômenos circunscritos nos universos juvenis têm atraído, sobre suas temáticas emergentes, olhares de natureza multidisciplinar, dentre os quais figuram os da História, da Psicologia, da Antropologia e da Sociologia. Não obstante, também pesa sobre eles uma apreensão que até então não pôde ser superada, e que basicamente se projeta de sua imprecisão conceitual.

Diversas tentativas de estabelecer uma definição para essa categoria têm sido gestadas no âmbito acadêmico. Entretanto, um dos poucos frutos advindos desse debate é a certeza de que a Juventude é um objeto de complexa delimitação. Ainda assim, conforme amadurecem os estudos sobre o tema, pode-se perceber grandes saltos qualitativos, que seguem na direção de alguns consensos mínimos a esse respeito.

No entendimento de Peregrino (2004), o jovem é composto por uma espécie de base material, que tem seu fundamento na cronologia, captada como objetiva, pré-social, pré-biológica e física. Por outro lado, a autora não descarta a ambivalência presente no *ser jovem*, isto é, que esta suposta materialidade existe em uma dada sociedade, que lhe confere feições estéticas e valorativas. Desse modo, defende que o combinado final dessa interlocução (entre o material e o social) não pode privilegiar um plano em detrimento do outro, pelo contrário, apoia sua indissociabilidade e isonomia.

---

projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, filiado ao curso ou à universidade; d) ao envolvimento com as instâncias do movimento estudantil; e) à participação em programa de bolsas; f) à inserção da carreira docente nos projetos futuros.

<sup>3</sup> Estes são nomes fictícios, utilizados para preservar o anonimato de nossos colaboradores.

O composto resultante é o corpo do jovem. Que não é feito 'só' de cronologia, pois, esta, desprovida de expressão valorativa, sem cultura, é materialidade bruta, estatística. Por outro lado, esse corpo não pode ser visto apenas como "livre" expressão de cultura, porque cultura sem 'cronologia' – base material - é vazia; simbolismo autóctone, culturalismo (PEREGRINO, 2003, p. 8).

Na tentativa de sanar esse conflito, Peregrino (2004), com base no trabalho de Margulis e Urresti<sup>4</sup>, vale-se de um conceito amplamente utilizado em estudos afim: a moratória vital. Esta noção, situada na já referida dimensão cronológica, sustenta-se na premissa de que a Juventude é uma fase da vida na qual se dispõe de um excedente temporal, isto é, uma espécie de capital temporal em fartura. Isso pode remeter, a título de exemplo, à energia e à disponibilidade geralmente esbanjadas pelos sujeitos juvenis nas diversas atividades que caracterizam a sua existência no mundo concreto.

Por outro lado, as possibilidades de gozo das condições de realização e expressão, imanentes a essa pré-disposição natural, estão intimamente ligadas aos lugares sociais ocupados por esses indivíduos. Revestindo a matéria bruta de sentido, o caráter semiológico da Juventude é composto pelo conjunto de diferenças socioculturais existentes entre diferentes segmentos, que se distinguem em função de arranjos de classe, assim como das ações que promovem em busca da afirmação de seu modo de ser jovem.

Diante disso, admite-se a compreensão de que a Juventude se configura como um campo de disputa e poder, do qual surgem hierarquizações, privilégios, centros e periferias. Na qualidade de fenômeno cultural, o jovem tende a espelhar de maneira relativamente fiel a síntese de suas coordenadas e determinações sociais. Ainda em Peregrino (2004), a comparação da moratória vital ao que, na economia política clássica, habitou-se a nomear de valor de uso, nos provoca a indagar sobre: a que ideia equivale, então, o valor de troca, no âmbito dos estudos sobre a Juventude?

Na tentativa de contornar esse dilema, a autora lança mão da seguinte definição:

[...] [é] a linguagem social que compatibiliza esta diferença energética num signo (capital simbólico) que permite sua intercambialidade, em uma abstração que permitindo, por sua vez, uma particular distribuição social, por classe, desse capital, em que jogam os interesses do "mercado" (MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 23, citados por PEREGRINO, 2004).

A definição de níveis de fruição e acumulação desse capital simbólico está subordinada a outro tipo de excedente, que não é mais vital, e sim social. Distribuído entre os diversos grupos juvenis, por várias entidades e instituições, essa unidade de medida é um elemento essencial na compreensão do processo de estetização e valoração que os jovens sofrem no âmbito da sociabilidade. É neste excedente social, por vezes manifesto no "período dilatado de espera vivido pelos que já não são crianças, mas ainda não se incorporaram à vida adulta" (KEHL, 2004, p. 91), que se concentram os subsídios para o jovem gozar de sua condição inerente: a Juventude. Tal excedente também costuma ser chamado de moratória social.

Em todo caso, tais princípios contrariam a noção de que, para ser jovem basta

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes, consultar a obra "*Juventud es más que una palabra*" (1996).

corresponder a um enquadramento etário específico, isto é, acomodar-se num recorte de idade. O capital energético, ao recobrir-se de sentido no espaço social, adquire outro formato, em função do tempo de espera do qual dispõe o indivíduo, na transição e no usufruto implicados na moratória social. Sendo assim, é admissível inferir que não há como analisar os mecanismos de produção da(s) Juventude(s), sem que se lance um olhar atento às estruturas e sistemas, que compõem o mundo de relações interpessoais e institucionais da sociedade que a(s) abraça(m).

Em Dayrell e Gomes (2009), encontramos uma leitura pertinente, que nos permite avançar na ponderação sobre esta categoria. Nela, os autores apresentam a noção de jovem como segmento circunscrito numa dupla face: de termo genérico, utilizado para designar indivíduos inseridos em determinado recorte etário<sup>5</sup>; e de condição social, que se revela de modos variados, de acordo com as coordenadas históricas, culturais, econômicas e políticas, sobre as quais repousa. É necessário enfatizar que esta última dimensão é o que torna a análise do fenómeno Juventude tão complexa, dado que este processo de apreciação não pode se valer (somente) de especificações conceituais de carácter genérico, devendo também recorrer aos indícios de natureza circunstancial que envolvem o objeto.

Novaes (2007), atenta ao conflito latente na ideia de Juventude, opta por conceituá-la como:

[...] um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação (NOVAES, 2007, p. 1).

Talvez, por essa razão, a Juventude esteja tão propensa a ser encarada como fase fundamentalmente transicional. Nessa perspectiva, o jovem é um indivíduo que caminha na direção da maioridade, e para alcançá-la, deve corresponder às demandas, aos códigos e às incumbências, de origem histórica e social, na tentativa de ascender ao *status* de adulto.

Quanto a isso, é pertinente alertar que a interpretação do fenómeno Juventude, através desse tipo de lente, pode-se revelar reduzida, simplista, fragmentada. Olhares como este tendem a fitar o jovem como um indivíduo que ainda não é, mas que, em determinado momento, será. Ao operar dessa maneira, tal perspectiva nega a sua capacidade de intervir de maneira significativa no presente, construindo a si – como sujeito – e à sua realidade, transformando-a. Sendo assim, entendemos que o exame do conjunto de iniciativas e lógicas de ação próprias ao imaginário e às práticas juvenis não prescinde da consciência acerca dos papéis que este segmento tem cumprido em planos específicos da vida social.

## O JOVEM E O ENSINO SUPERIOR

---

<sup>5</sup> Em geral, demarcada dos 15 aos 24 anos. No entanto, não existem grandes consensos sobre esta delimitação, pois, de maneira gradual, ela parece se expandir, em conformidade com as novas investigações que surgem sobre a temática. Alguns estudiosos do tema chegam a trabalhar com recortes que têm início aos 12 e chegam aos 30 anos de idade.

De antemão, reconhecemos a complexidade inerente à tarefa de precisar as funções que atualmente têm sido cumpridas pela universidade, no que tange às suas interfaces com o restante do mundo social. Basicamente, isso se deve às profundas reconfigurações que têm modificado suas finalidades centrais, processo esse instigado por intensas transformações testemunhadas nos planos político, econômico e social, ao longo das últimas décadas.

Se até determinado momento história prevaleceu a certeza de que essa instituição mantém seus objetivos centrados unicamente na produção do conhecimento “para si mesma”, isto é, sem o compromisso de atribuir a eles algum tipo de utilidade ou aplicação técnica, hoje, temos fortes indícios de que a universidade tem se tornado cada vez mais solicitada às necessidades situadas para além de seus domínios físicos e simbólicos – com destaque, para as exigências feitas pelos setores produtivos.

Como provável protagonista desta mudança, a intensificação da demanda por mão-de-obra qualificada, efeito do aumento da oferta de postos de trabalho, deflagrou um intenso processo de reestruturação social. O movimento de industrialização, processo que já no século XIX se fez realidade em diversos países europeus, no Brasil, teve início somente na primeira metade século XX. Não obstante, sob este pano de fundo, o conjunto de ações, medidas e políticas públicas que adquiriram caráter proeminente, na criação das condições necessárias para acomodar a nova ordem em trânsito, dispôs da educação formal como seu baluarte, responsabilizando-a por garantir a oferta abundante de recursos humanos, por intermédio da formulação de diversos programas de qualificação distribuídos em níveis variados.

Sguissardi (2008), ao discutir sobre os modelos de expansão aplicados na educação superior brasileira, desde a década de 1970 até os anos 2000, constata o crescimento acentuado na soma de instituições de ensino de caráter privado, sobretudo, daquelas detém fins lucrativos. Segundo ele, os mecanismos de regulação incorporados pelo estado demonstram a prevalência de interesses notadamente mercadológicos, isto é, pelo menos, no que tange à organização do subsistema educacional universitário. Frente a esse cenário, o autor teme sobre seus efeitos para o futuro do ensino superior brasileiro e mundial, entendido não só como instância de produção de saber, e de formação profissional, mas também de cidadãos críticos e ativos na esfera pública.

Desde as décadas de 1970 e 1980, a profissionalização vem deixando de se caracterizar exclusivamente como elemento secundário à identidade do indivíduo, afirmando cada vez mais seu status de fundamento vital na constituição do sujeito hodierno. Concomitantemente, os processos de capacitação calcados nessa perspectiva têm assumido o caráter de exigência, que cada vez mais se impõe como condição *sine qua non* para a inserção nos principais campos de trabalho em ascensão. O desemprego não é mais apenas um reflexo mecânico da ausência de vagas em determinados ramos do setor produtivo, mas é, também, a resposta mais comum dada àqueles que estão destituídos das prerrogativas trazidas pela formação profissional.

De acordo com as informações obtidas junto ao *projeto juventude*<sup>6</sup>, as categorias

---

<sup>6</sup> Iniciativa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Instituto Cidadania e o Governo Federal, teve como finalidade promover estudos e pesquisas com a finalidade de traçar um perfil do jovem

trabalho/emprego figuram entre os principais interesses do imaginário do jovem brasileiro. Superados apenas pela violência, os temas pertinentes à profissão são, em geral, encarados como grandes desafios no horizonte deste segmento, não raro, configurando-se como a sua maior fonte de insegurança em relação ao futuro. Com base nos dados apresentados pelo Dossiê Universo Jovem<sup>7</sup> (2008), verificamos que a origem dessa preocupação quase sempre remete à (famigerada) dificuldade enfrentada pelo jovem de ingressar no mercado de trabalho.

Face a essa constatação, a referida pesquisa enfatiza que os jovens da atualidade

[...] sentem na pele a alta taxa de desemprego e são cientes dos principais fatores de sucesso no momento de concorrer no mercado: ter boa formação educacional (73%), ter cursos de especialização, pós/MBA (46%) e estar bem informado (40%) (MTV, 2008, p. 11).

Com o acirramento da competição nos mercados de trabalho, o jovem é convocado a definir cada vez mais cedo suas inclinações, preferências e possibilidades no que tange ao exercício profissional. Esse é o cenário no qual o jovem tende a dar centralidade às vantagens oferecidas pela escolarização e pela profissionalização, encarando-as como recursos estratégicos, cuja função está ligada à tarefa de garantir as condições objetivas para subsidiar seus projetos para o futuro.

É preciso enfatizar que tais oportunidades de formação têm a moratória social como seu maior elemento regulador, uma vez que é justamente ela a responsável por torná-las passíveis de usufruto, em maior ou menor grau, variando de acordo com seus determinantes culturais, políticos, econômicos e ideológicos. Uma das formas de ilustrar essa relação é por intermédio da sina, com o qual convivem boa parte dos jovens advindos das classes menos favorecidas: estes, em relação àqueles que provêm de estratos socioeconômicos mais abastados, sofrem com vários tipos de entraves e obstáculos ao longo de seus respectivos percursos formativos, sejam eles de natureza escolar ou acadêmica. Por consequência, é comum este tipo de descompasso gere um déficit nas chances de alcançar que estes indivíduos dispõem de acessar os níveis de ensino que extrapolam a educação básica.

Por outro lado, a chamada profissionalização precoce, fenômeno que atinge aos jovens de todas as classes tem causado uma série de problemas no tocante à atribuição de sentido à busca pelo capital cultural. Nunes (2006), atento à forte base pragmática introduzida no seio da formação universitária no decorrer das últimas décadas, denuncia o reducionismo gestado por essa racionalidade no imaginário de adultos, adolescentes e até mesmo crianças. Ele alega que

[...] desde o ensino médio, pelo menos, inicia-se um processo de restrição da "visão de mundo" das gerações futuras, tornando-as candidatas à profissão antes de serem candidatas ao saber. Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante, salvo as exceções da elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente,

---

brasileiro, entendendo suas inserções nas esferas política, educacional e cultural.

<sup>7</sup> Investigação promovida pela rede de TV MTV Brasil.

humanística, histórica e social [...] Enfim a educação (NUNES, 2006, p. 4).

Em que pese o alcance e a profundidade dessa tendência, as discussões sobre o binômio juventude-trabalho não podem negligenciar um componente essencial desse fenômeno: o caráter estético da profissão. Se em determinado momento, o exercício profissional é percebido somente como meio de garantir as condições materiais de existência do indivíduo, hoje, essa intenção se amplia, e incorpora funções de caráter simbólico: ter o que comer, vestir e onde morar, não são mais os únicos fatores em jogo: entra em cena o desejo de consumir aspirações pessoais, engendradas de acordo com disposições complexas e heterogêneas, tanto psíquicas quanto socioculturais.

Com a ampliação de seus níveis de autonomia, é comum que o jovem tenha nas mãos, além do poder, a responsabilidade pelas decisões que dizem respeito à sua participação nos diferentes setores da esfera social. Nesse sentido, suas escolhas tender a não a ser mais somente um reflexo dos desígnios diretos formulados pela família ou pela escola, e cujos direcionamentos reproduziam fielmente intencionalidades notadamente extrínsecas a esse sujeito. Mesmo que, por intermédio de inúmeros jogos e relações de poder, tais instituições ainda tenham condições de afetar esses processos deliberativos, o jovem parece buscar, acima de tudo, a afirmação e a legitimação de sua individualidade, mesmo que não tenha sucesso em se desvencilhar inteiramente destes e outros tipos de influência, ou mesmo interdições.

## O JOVEM, A DOCÊNCIA E A EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES<sup>8</sup>

Visando delinear as primeiras inserções do fenômeno Juventude, no contexto da formação acadêmico-profissional em Educação Física, optamos, neste tópico, por enfatizar os determinantes de natureza socioeconômica envolvidos nessa trama, já recorrendo às informações empíricas obtidas através do trabalho de campo. Para tanto, investigamos sobre a origem dos jovens pesquisados, mais especificamente, sobre traços referentes à sua classe social, ponderando acerca dos possíveis elementos agenciadores de sua relação com a área, realçando alguns dos interesses, conflitos e contradições, presentes neste vínculo.

---

<sup>8</sup> Trata-se de um tópico que tem como objetivo apresentar as impressões gerais a respeito dos resultados da pesquisa, servindo como porta de entrada para as questões abordadas nas unidades subsequentes, nas quais, os depoimentos dos sujeitos da pesquisa entrarão em cena.



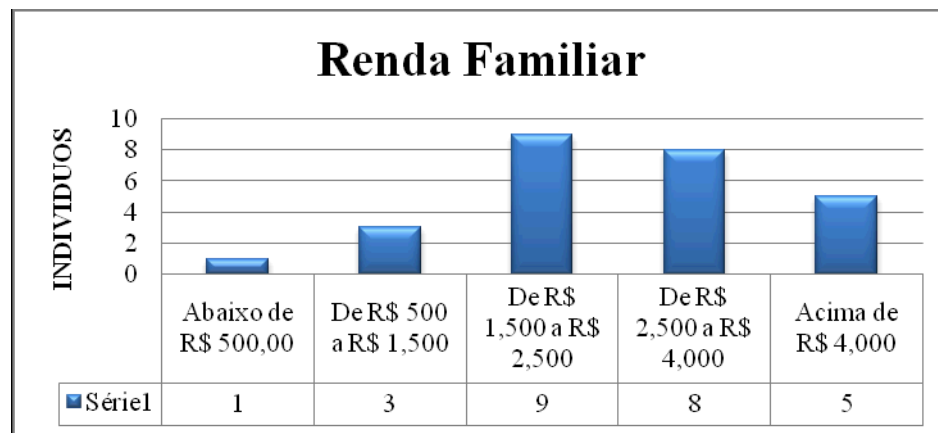


Gráfico 1. Renda Familiar

Os resultados obtidos apontam para o predomínio de indivíduos pertencentes às classes A1, A2, B1, B2 e C1<sup>9</sup> (GRÁFICO 1). Tal recorte compreende fundamentalmente as classes média e alta. Uma das explicações para esse quadro se baseia no papel discriminatório cumprido até então pelas universidades (públicas) do país. Dotada de instrumentos seletivos altamente meritocráticos, essa instituição tem agido como mecanismo de exclusão, através do qual, inúmeras debilidades da educação escolar estatal são sublinhadas, e que, por sua vez, deixam à margem dos processos de produção e socialização do conhecimento elaborado os grupos sociais impedidos de acessar os meios de escolarização “competitivos” neste tipo de certame.

Embora cerrada por essa e outras formas de triagem, pelas quais se impõem barreiras ao ingresso de determinados segmentos em seus domínios, a universidade ainda possui algumas fissuras em sua couraça. Os cursos de licenciatura são emblemáticos a esse respeito, uma vez que, por intermédio deles, somos capazes observar as divisões internas presentes no campo universitário, e cujo acirramento age direta e indiretamente na criação das brechas anunciadas.

Antes de tornar essa relação explícita, é conveniente enfatizar que a educação superior tem atuado como dispositivo (re)afirmador de hierarquias existentes entre as classes. Sustentada pelo descompasso presente na distribuição institucional da cultura, esse nível de formação tem cumprido um papel estratégico nos processos de manutenção e ascensão social. Nesse caso, as ideias de “ascensão” e “manutenção” precisam ser relativizadas, quer dizer, entendidas como representações, cuja produção é influenciada, sobretudo, pelo conjunto de determinações socioeconômicas próprias à realidade dos jovens em questão.

Ao antecipar os predicados vinculados às suas respectivas carreiras, os cursos de graduação são imbuídos de toda a carga de significações invocada pelas funções para as quais preparam. Em relação às licenciaturas, tal dinâmica tem se mostrado implacável, ao inteirar os futuros professores do atual estado de proletarização (NÓVOA, 1995) que aflige a sua categoria. Lapo e Bueno (2003), em seus estudos sobre o abandono do magistério, apontam algumas das possíveis razões que concorrem para esse quadro: a) baixa remuneração; b) condições de trabalho

<sup>9</sup> Classificação realizada de acordo com os Critérios de Classificação Econômica Brasil (CCEB), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

insatisfatórias; c) perspectiva restrita de progressão profissional; d) o (consequente) “desencanto” com a profissão.

Encaradas sob o signo da desvalorização social e financeira, as licenciaturas têm amargado as últimas posições nas listas de cursos mais procurados das universidades. Decerto, tal ocorrência é sintomática, sugerindo que este ramo de atuação não figura entre as preferências dos jovens advindos das classes mais altas, já que, em comparação às carreiras de prestígio notório – a exemplo da Medicina, do Direito e da Engenharia –, não se mostrar eficaz na concretização dos anseios de manutenção e ascensão social, próprios a esse segmento. Por outro lado, as licenciaturas tornam-se a saída mais conveniente para aqueles que, em razão das escassas condições objetivas, dificilmente terão a oportunidade de ingressar em instituições de ensino superior (públicas). Diante disso, como explicar a contradição existente entre o perfil socioeconômico dos estudantes de Educação Física, composto essencialmente por jovens de classe média/alta, e a já esboçada tendência apresentada pelos cursos licenciatura?

Nesse sentido, Figueiredo (2001) ressalta a forte influência das experiências sociocorporais que antecedem o ingresso do indivíduo no curso de formação, sobre o processo escolha da profissão. No caso da Educação Física, a autora assinala a identificação estabelecida pelo sujeito com algum dos conteúdos dos pertencentes ao campo (a dança, o esporte e as lutas) como elemento decisivo na predileção por este curso. Todavia, ao questionar os sujeitos da pesquisa sobre a natureza dessas experiências, isto é, sobre o tipo de afinidade prévia que estabeleceram com o universo da cultura corporal, identificamos um extenso mosaico de práticas, cuja constituição é bastante heterogênea, abrangendo, sobretudo, as vivências em academias de ginástica, clubes e projetos sociais. Tal informação insinua a não-centralidade das vivências proporcionadas pelos espaços escolares, contrariando as conjecturas mais esperadas para esse cenário – mais adiante, abordaremos este tópico novamente, trazendo a tona depoimentos dos sujeitos da pesquisa.

No debate acerca do universo de legitimação da Educação Física, enquanto componente curricular, Bracht (2001) faz referência à proliferação dos contextos de intervenção da sob a responsabilidade da área, relacionando-a tal movimento à cristalização de princípios neoliberais, no âmbito das políticas externa e interna do Brasil. O autor afirma que, com a diminuição paulatina da responsabilidade de gestar políticas públicas calcadas no bem estar social, o estado transfere à iniciativa privada a incumbência de planejar e implementar as ações afirmativas para setores vitais, como a saúde e a educação. Com isso, torna-se mais intensa e explícita a adequação do universo das práticas corporais aos escopos de natureza mercadológica, que as convertem num extenso rol de produtos e serviços.

Chegamos a um ponto crucial da discussão, que alude a uma categoria-chave entranhada no imaginário e nas atitudes juvenis da contemporaneidade: o consumo. Kehl (2003), ao discorrer sobre a gênese da Juventude enquanto manifestação da cultura, sinaliza a interferência decisiva da indústria cultural, sobre a produção e difusão dos códigos, padrões de conduta incorporados por esta categoria. Ao notar o potencial nicho de mercado adormecido, num grupo que alia “[...] o tédio, a insatisfação sexual sob alta pressão hormonal, a dependência em relação à família e a falta de

funções no espaço público [...]” (KEHL, 2003, p. 91), as agências signatárias ao sistema econômico capitalista, não tardaram em criar um vasto conjunto de representações do *ser jovem*, alimentadas por diferentes objetos, hábitos e valores, astutamente associados às mercadorias forjadas por essas mesmas organizações.

Desse modo, subentende-se que a conformidade criada entre o jovem professor em formação e a Educação Física – entendida como campo acadêmico e de intervenção – deve-se, em boa medida, ao contato deste indivíduo com o conjunto de práticas corporais alinhadas aos princípios de mercado. Este encontro é incitado por sua vontade de se fazer sujeito, de agregar à sua personalidade novos traços, que, nesse caso, são logrados de acordo com os princípios perenes na sociedade dos consumidores. Tal fato também justifica a proeminência adquirida pela dimensão remunerativa da profissão, pois é nela que estão expressas as possibilidades de construção identitária, através da obtenção toda sorte de mercadorias.

Por outro lado, Ribeiro (2004) explica a condição de ambivalência que afeta os jovens do século XXI, apelando para a metáfora cunhada pelo cineasta francês, Jean Luc Godard, que consiste na premissa de que estes são, ao mesmo tempo, filhos de Karl Marx e da *Coca-Cola*. Ao fazer uso destas imagens, o autor reconhece que a Juventude, mesmo seduzida pelos ícones da cultura consumista, também se deixa afetar por inclinações e ideais de cunho revolucionário.

No tocante à formação acadêmica em Educação Física, mesmo que de maneira tímida, os porta vozes da contracultura também estão representados, principalmente por aqueles jovens que encaram a intervenção pedagógica como um importante instrumento a serviço da transformação da realidade. Ainda que de maneira ingênua e idealizada, esses sujeitos nutrem a crença de que a escola é um espaço de luta, capaz de livrar a humanidade de suas mazelas, valendo-se da transmissão cultural igualitária, através da qual, almeja formar indivíduos críticos, autônomos e eticamente competentes.

A fé depositada pelo jovem no esporte, mais precisamente, em sua capacidade de reduzir o fosso de desigualdade que separa diferentes grupos sociais, revela que essa vontade de mudança, está articulada à compreensão que esse indivíduo tem acerca da tarefa confiada à Educação Física, principalmente, no âmbito dos projetos pedagógicos de natureza crítica. Ainda que baseada em lugares comuns ha muito desmistificados pela produção intelectual do campo, as leituras românticas acerca do desporto acenam como via de acesso ao imaginário juvenil, que permite a identificação e complexificação de seus saberes e representações acerca do *ser professor*, favorecendo o amadurecimento de sua consciência acerca da dimensão político-ideológica da docência.

## A CARREIRA NA EDUCAÇÃO FÍSICA: ENTRE OS MALES O MENOR...

Conforme o mencionado, notamos que, entre os acadêmicos pesquisados, as experiências sociais ligadas às práticas corporais figuram entre as justificativas mais

evocadas para o ingresso na licenciatura em EF. Ainda que várias delas extrapolem a esfera escolar, campo de atuação para o qual está voltado o curso em questão, todas elas se inscrevem em nichos de intervenção sob a responsabilidade da Educação Física, nos interior dos quais, sobressaem as atividades ligadas ao treinamento esportivo, ao lazer e à saúde.

Não obstante, também há fortes indícios de que, embora próximas à unanimidade, as experiências sociocorporais nem sempre detêm a primazia no processo de escolha profissional, tampouco agem como influências isoladas. Isso significa que elas se encontram dispersas, dispondo-se de modo nem sempre conciliável no emaranhado de anseios, intenções, dilemas e estratégias, que povoam o imaginário desses jovens. Assim ilustra o depoimento de Rosa:

*A princípio eu não queria [Educação Física]. Escolhi por que queria depois 'passar'<sup>10</sup> pra Biologia. Como a discursiva de Química é mais difícil, eu resolvi tentar Educação Física. Mas afinal, eu até que acabei me acostumando, eu tenho mais facilidade com Biologia e História, e eu também já fiz dança, já fiz natação, no fundo eu até gostava disso (ROSA).*

Evidentemente, declarações como esta não são estranhas aos estudos ligados à formação docente, pelo contrário, parecem cada vez mais se afirmar como lugar comum. Nesse sentido, notou-se que as vivências proporcionadas pelas práticas corporais, embora sempre trazidas à baila, podem exercer uma função secundária, como uma espécie de *plus*, um critério de desempate, ou simples contingência.

Para Figueiredo (2008), o que está em andamento é a mobilização de uma lógica de ação estratégica que, nesse caso, almeja aliar as oportunidades institucionais oferecidas pela universidade, aos projetos pessoais abraçados pelo sujeito. Mais precisamente, presume-se que tal iniciativa tenha o objetivo de reduzir as chances de insucesso nos exames de admissão e processos seletivos – condições obrigatórias para o ingresso no ensino superior –, por meio da escolha por cursos de “menor concorrência”. Nesta conjuntura, pode-se dizer que a Educação Física assume uma dupla função, convertendo-se, metaforicamente, em **passaporte**, capaz de aumentar as chances de acesso à universidade; e também em degrau, que deve permitir ao estudante alcançar o seu verdadeiro destino – o curso desejado.

Conforme expomos anteriormente, a origem deste tipo de racionalidade parece remeter, em grande parte, à incidência de alguns fenômenos sociais sobre a condição juvenil contemporânea, a saber: a) a elevação crescente nos índices de desemprego entre os segmentos socioeconômicos de menor escolaridade; b) o (consequente) impulso à profissionalização precoce; c) o processo de estetização da carreira, que culmina na sobrevalorização de sua escolha e das oportunidades de preparação para o seu exercício.

Em linhas gerais, a frustração do licenciando no momento de entrada na universidade, foi unânime nos depoimentos analisados. As razões para este quadro variam: desde o caráter fortuito da escolha pelo curso, até a dissolução da imagem romântica nutrida, em relação à docência, pelos indivíduos que desde o início

---

<sup>10</sup> Trata-se da reopção de curso: processo institucional por meio do qual é permitido ingresso numa outra graduação, sem a necessidade de prestar vestibular.

almejavam constituir carreira na EF. Com base nessas informações, também percebemos que o ser professor, enquanto conjunto de significados, representações e funções sociais atribuídos à atividade professoral, está propenso a ser percebido pelos acadêmicos como uma espécie de “prêmio de consolação”.

A despeito destas e de outras decepções iniciais, há que se destacar a configuração tendências comportamentais distintas, demonstradas mediante a identificação e diferenciação dos itinerários de formação construídos pelos sujeitos da pesquisa. Em outras palavras, veremos que estes, mesmo partindo de um ponto comum (o não atendimento de suas expectativas prévias, em relação à entrada no ensino superior), trilharam trajetórias diferentes na universidade.

## ENTRE BIFURCAÇÕES E ENCRUZILHADAS...

Neste tópico, serão apresentados alguns dos desdobramentos observados nos modos de interação adotados pelos acadêmicos, em meio às oportunidades formativas proporcionadas pelo curso, no intento de distinguir as principais maneiras pelas quais os sentidos e significados atribuídos à docência (na EF), são (re)constituídos após o “choque” do ingresso no ensino superior. Como veremos adiante, é variável o grau de diferenciação existente entre os tipos de meta e de (des)motivação, que medeiam a construção das experiências advindas das oportunidades oferecidas pela universidade.

A esse respeito, de início, pode-se afirmar que a perspectiva político-pedagógica defendida pelo curso de licenciatura do (PAIVA; FIGUEIREDO; ANDRADE FILHO, 2006), atuou como um dos principais pivôs na cisão do grupo investigado. Num primeiro eixo, encontram-se os indivíduos que se deixaram instigar por esta proposta, em especial, pelo modo como dimensiona as funções delegadas ao professor de EF, no contexto de um projeto educacional de natureza crítica:

*[...] pelo discurso que o curso tinha - de mudança da Educação Física - isso me chamou atenção. Quando eu vi que podia ser feito uma coisa diferente, acho que isso me chamou muito atenção no começo. Mesmo eu não sabendo “como” seria diferente, acho que isso me motivou a estudar, a buscar as coisas no curso. Por que eu sempre achei que aquilo que eu vivi na escola, não era muita coisa (CESAR).*

Para que a situação fique mais clara, é fundamental delinear o pano de fundo sob o qual se assenta a noção de “mudança” evocada por Cesar e os demais licenciados nesta categoria. Mais precisamente, trata-se trazer à baila umas das problemáticas mais crônicas com as quais tem sofrido a EF escolar: o desinvestimento pedagógico. De acordo com Machado et al. (2010), o desinvestimento exerce um efeito nefasto sobre as representações sociais da disciplina EF que circulam no âmbito escolar: esta adquire o status de espaço-tempo situado entre a aula e o não-aula. Tal imagem, diz ele, está diretamente associada à ausência de empenho e intencionalidades pedagógicas claras por parte do professor, cuja figura, por consequência, torna-se alvo de denominações pejorativas como

*[...] rola bola e/ou como pedagogia da sombra. Geralmente, ele se encontra em estados nos quais não apresenta grandes pretensões com suas práticas; talvez*

a pretensão maior seja a de ocupar seus alunos com alguma atividade. Com frequência, converte-se em simples administrador de material didático, atividade que não exigiria, em princípio, formação superior (MACHADO, 2010, p. 132).

Gestada desde os primeiros anos da escolarização, a insatisfação dos acadêmicos com este paradigma exerceu um papel vital na valorização da docência, nos moldes do perfil profissional delineado pelo curso. Este reconhecimento também colaborou para sensibilização acerca de dimensões outras da formação acadêmica, que não apenas aquelas focadas na aquisição de conhecimentos técnicos. Em outras palavras, vimos a superação da crença corrente de que as aprendizagens da universidade se esgotam nos limites das salas de aula. Quer dizer, trata-se da “descoberta” da função inata dessa instituição, que se assenta sobre uma tensão inconciliável na relação com o conhecimento: “[...] entre [o] impulso à universalidade, e as máximas prudentes de um adestramento competente num ofício útil” (COHN, 2001, p. 43).

No outro viés da cisão, em contraste com os jovens que já desenvolveram afinidades com a EF, estão aqueles que prosseguem em estado de frustração. Desta vez, este estado não é mais uma condição estritamente virtual: o fato de não encontrar afinidades junto à identidade profissional e aos saberes específicos do curso, reflete-se em problemas de rendimento nas atividades acadêmico-disciplinares. Há indícios de que esta situação é desdobramento de um impasse que, a título de ilustração, denominamos alegoricamente de **limbo**.

Na teologia cristã, o termo limbo se refere às imediações externas do paraíso, para onde vão os indivíduos que, no decorrer da vida, não cometeram nenhum de pecado mortal, mas que, ainda assim, não se submeteram aos ritos do batismo. Àqueles que jazem nesta instância é destinada uma vida comum que, todavia, é privada da felicidade suprema: o encontro com o criador. No que tange à experiência dos acadêmicos no curso de EF, o limbo designa a combinação das sensações de irreversibilidade, desenraizamento e transitoriedade, causadas pelo receio pessoal em desperdiçar prováveis investimentos significativos<sup>11</sup>, ao abandonar o curso; aliada à indefinição quanto à assunção das responsabilidades decorrentes da vida universitária, que, de modo frequente, redundam na afixação do sujeito numa instância imaginária, dilemática e inercial. Embora pareça confusa, a manifestação do limbo emblematicamente expressa no depoimento de Jonas:

*Eu fiquei muito assim: “empurrando” o curso com a barriga. Levando... Querendo sair, mas querendo ficar, entende?! To falando assim: poxa, se eu sair agora vai ser a maior perda de tempo. Vou ter que fazer mais um ano de cursinho (JONAS).*

Todavia, contrariando a caracterização expressa na fé católica, intuimos que o limbo da formação acadêmica não se configura como uma “morada para eternidade”.

---

<sup>11</sup> Por se tratar de uma fase determinante na vida de muitos jovens, entendemos que o período de preparação para o ingresso no ensino superior costuma exigir grandes dispêndios, tanto de ordem material – financiamentos de estudos –, quanto de natureza simbólica – reorganização da vida socioafetiva em função das demandas impostas pela condição estudantil.

Ou seja, o acadêmico dispõe de certa mobilidade, podendo transitar para dentro ou fora delem, conforme o tipo de experiência que constrói ao longo curso. Não obstante, as reviravoltas desta natureza estão subordinadas a eventos de cunho essencialmente catártico, isto é, às situações enfrentadas pelo acadêmico, que desestabilizam seus sistemas de crenças, valores e intencionalidades, forçando a resignificação de seus vínculos com a EF, de modo a (des)potencializá-los.

Em todo caso, entre ambas as disposições em relação à formação (compromissada e “desinvestida”), percebemos uma importante interseção: o acúmulo de experiências no intervalo entre o término do ensino médio e a entrada na universidade. Em função de suas respectivas “bagagens”, estes jovens evocaram as vivências deste período (ou a ausência delas) como um aspecto determinante em suas escolhas pelo e no curso de EF. Nas palavras de Jonas e Mercedes, notamos os dois vértices deste princípio:

*E aí faltou o que eu falo com todo mundo. Hoje era o momento de eu estar entrando no primeiro período de Educação Física. Hoje com 22 anos – eu entrei com 18. Então pra mim faltou maturidade pra saber mais ou menos lidar com o curso (JONAS).*

*Como eu tive uma experiência de um ano numa faculdade, eu entrei e fiquei encantada com o fato de ser professora universitária. Tive professores bons, e eu achava interessante quando eu entrei aqui. Eu já pensava em entrar, tentar um mestrado, e depois seguir carreira universitária (MERCEDES).*

## SOBRE AS (CONTRA)POSIÇÕES DO TRABALHO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Ao analisar os dados pertinentes ao desempenho individual nas atividades curriculares, observamos que um terço dos sujeitos pesquisados declarou ter sofrido algum tipo de “acidente<sup>12</sup>” em sua trajetória no curso, que de algum modo impediu o seu avanço para etapas posteriores. Entre as justificativas apontadas para este tipo de vicissitude, o trabalho é, do modo praticamente uníssono, o mais evocado: as discontinuidades presentes em determinados estágios da formação inicial foram associadas à dificuldade de conciliar os compromissos da vida acadêmica, com as incumbências oriundas de empregos, estágios ou mesmo “bicos”, assumidos no decorrer deste período.

Nesses casos, é de costume explicar a inserção dos estudantes nesse tipo de “jornada dupla”, à sua necessidade de garantir as condições materiais de existência, e viabilizar sua permanência no ensino superior. Certamente, esta premissa não deixa de ser fidedigna, afinal, não se deve perder de vista que a universidade, ao impor padrões de excelência que não se ajustam aos níveis de vida de parcela significativa da população, permanece como um dos principais mecanismos de exclusão da sociedade contemporânea. Não obstante, há que se relativizar a compreensão de que alguns estudantes estão mais propensos a buscar fontes de remuneração, pela simples razão de suprir as “lacunas” que os impedem de se dedicar ao curso.

Como já explicitamos em outrora, as informações de cunho socioeconômico obtidas por meio dos questionários – vide o já aludido Gráfico 1 – revelam que

<sup>12</sup> Nesse caso, foram considerados os trancamentos/cancelamentos de disciplinas obrigatórias e as reprovações.

praticamente todos os sujeitos investigados fazem parte das classes média, media-alta e alta, tem em média 22 anos, ingressaram na instituição aos 18/19 anos, e ainda estavam/estão sob a tutela de seus pais. Embora não sejam suficientes para certificar que tais necessidades não existem, estes dados acentuam a desconfiança de que o fator “carência” não seja a única ou a principal motivação para busca por fontes (alternativas) de renda. Sendo assim, destacamos a influência de dois outros agentes, que se mostram fortemente enraizados na condição juvenil hodierna, interferindo no modo como esta circunstância se configura.

O primeiro deles é de ordem psíquica: trata-se de uma lógica relativamente inconsciente, que consiste na utilização do trabalho como trampolim para a afirmação de uma identidade adulta. Para Kehl (2004), esta ânsia tem início já no período da puberdade: esta é a fase, na qual, o organismo sofre uma série de transformações biológicas, que, por sua vez, fazem com que o nível de desenvolvimento do corpo supere o da mente, quer dizer, a idade física entre em situação de descompasso em relação à idade psicológica. Por isso, a adolescência pode ser considerada o início de uma fase de regulação, na qual, o indivíduo tenta reequilibrar sua subjetividade, retraindo os comportamentos pueris, compatibilizando-os com a sua recém adquirida aparência adulta. Para isso, afirma a autora, ele se vale de objetos-fetice<sup>13</sup> que ajudam sua consciência a lidar com essa transição, introduzindo-a no universo simbólico da cultura dos “mais velhos”.

Diante disso, presumimos que uma das razões responsáveis por influenciar o acadêmico a se engajar em atividades remuneradas, que nem sempre atuam na manutenção de seus meios de vida, e ainda trazem riscos à sua “sobrevivência” no curso, é o anseio de afirmar-se enquanto adulto – nesse caso, entendido como indivíduo capaz de saciar suas necessidades básicas de modo essencialmente autônomo. Naturalmente, há que se reconhecer o caráter elástico da noção subjacente ao termo “básico”. Por este motivo, não é prudente radicalizar as interpretações a esse respeito. De todo modo, isso também não nos impede de atribuir ao trabalho, no contexto da formação acadêmica, o status de objeto-fetice, aplicado com o intuito de impulsionar o processo de amadurecimento psíquico do sujeito, e ampliar a sensação de pertencimento à maioridade.

Entra na baila, então, o segundo fator implicado, que, desta vez, é de natureza sociocultural. Nesse sentido, é fundamental contextualizar a formação dos significados vinculados à noção do “ser adulto”, no cenário da sociedade dos consumidores. Bauman (2008) é categórico ao afirmar que, no mundo líquido-moderno, os traços identitários responsáveis por conferir singularidade a indivíduos e coletivos, cada vez mais são colonizados pela ideologia da mercantilização do mundo, reificando-se sob a forma de objetos de consumo. Dito de outro modo, a posse passa a ser pré-requisito para o ser. Conforme esclarece o autor, no caso

[...] da subjetividade na sociedade de consumidores, é a vez de comprar e vender os símbolos empregados na construção da identidade – a expressão supostamente pública do *self* que na verdade é o “simulacro” de Jean Baudrillard, colocando a ‘representação’ no lugar daquilo que ela deveria

<sup>13</sup> Kehl (2004) usa como exemplo a atração que os meninos nesta condição sentem por objetos como o barbeador, e as meninas por sutiãs.



representar (BAUMAN, 2008, p. 23-24).

Não é (somente) o trabalho em si, isto é, o exercício de uma atividade associada essencialmente ao ideal de vida adulto, o que preenche as lacunas presentes na constituição do sujeito jovem: o interesse nesse tipo de esforço parece residir igualmente no poder de consumo/compra que ele é capaz de agregar, pois, junto com ele, aumenta também o leque de opções disponível para a ostentação do estilo de vida almejado. Trata-se, portanto, de consumir o maior número de bens e serviços relacionados ao *modus vivendi* adulto. Frente a essa observação, fazemos nossas as palavras de Lipovetsky (2007):

Não é difícil imaginar o grau de amargura e ressentimento experimentado pelos jovens que permanecem inativos anos e anos a fio, valendo-se de pequenos trabalhos temporários, estágios e outros expedientes, sem garantir se acesso à sociedade hiperconsumista e, decididamente, impedidos de ter qualquer espécie de auto-estima (LIPOVETSKY, 2007, p. 13).

Evidentemente, não queremos engrossar o coro de vozes que enaltecem o ideário consumista, ressaltando sua suposta primazia no que se refere ao exercício da cidadania e à expressão da individualidade. No entanto, para que se amplie o entendimento acerca das relações entre os jovens e a formação acadêmica mediadas pelo trabalho, faz-se essencial o redimensionamento dos principais argumentos utilizados neste tipo de análise. Nesse sentido, deve-se evitar a cristalização de modelos explicativos sustentados por jargões, entre eles, aqueles que se ancoram no pressuposto de que a satisfação das necessidades materiais imediatas é sempre a única motivação que subjaz a esse tipo de engajamento. Cremos que somente assim poderão ser equacionados os impasses que interferem, nem sempre de modo salutar, na eficiência dos processos de formação acadêmico-profissionais.

## DO COMPROMISSO RATIFICADO À DESISTÊNCIA PRÉ-ADMITIDA

No último eixo da pesquisa, mapeamos alguns fragmentos atinentes aos projetos futuros firmados pelos acadêmicos, na tentativa de identificar as inserções da docência nestes planos, bem como os principais sentidos e significados que gravitam em torno deles. Naturalmente, em função das restrições impostas ao texto, serão aludidas apenas as análises de maior significância, isto é, aquelas que melhor sintetizam as principais tendências identificadas junto ao público investigado.

De início, a já mencionada (re)descoberta da EF escolar, enquanto componente curricular norteado política e pedagogicamente por objetivos claros e relevantes do ponto de vista social, despontou como uma vivência consensualmente positiva. Ao qualificar o mérito dessa experiência para sua formação, os graduandos evocam-na como fator responsável por render credibilidade à atividade docente, tornando-a uma carreira simpática aos seus olhos. Ainda assim, este fator não detém o mesmo peso para todos. As informações dos questionários apontam que quase a metade dos jovens pesquisados não deu certeza ou simplesmente descartou a hipótese de atuar na EF escolar (Gráfico 2). Nesses casos, ainda que cogitada, a atuação no magistério é apenas eventual e provisória, assumida como meio necessário à garantia dos meios de vida, e trampolim para empreitadas profissionais mais ambiciosas.

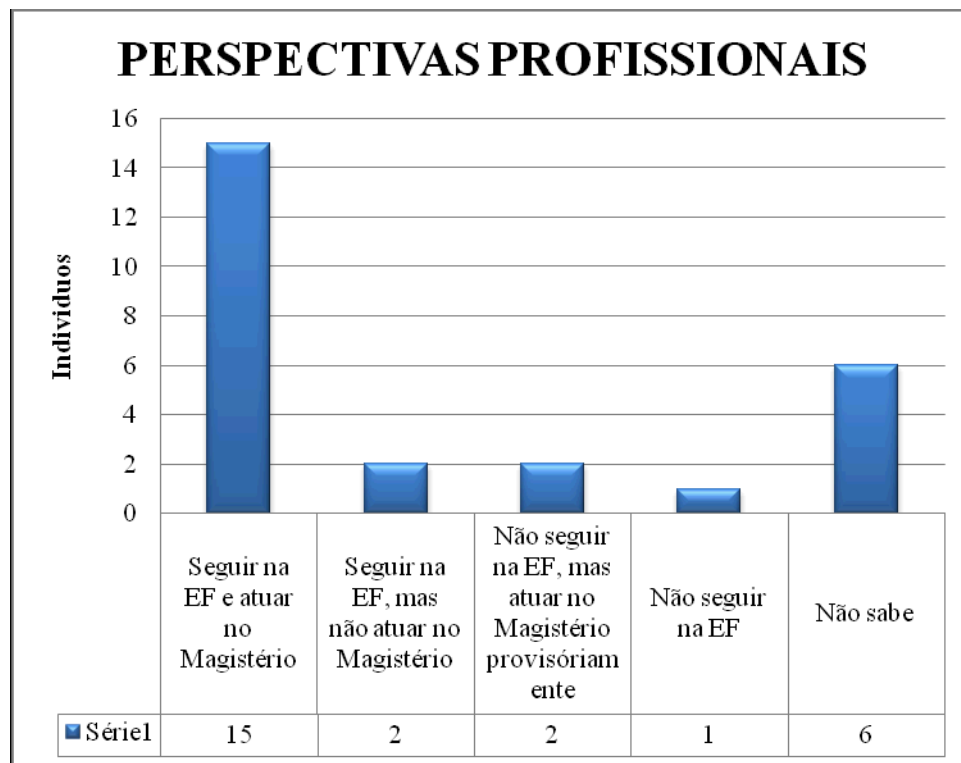


Gráfico 2. Perspectivas (profissionais) para o futuro

Em que pese a complexidade desta conjuntura, destacamos, entre todas as variáveis, aquela que parece exercer a maior influência sobre esta, e muitas outras decisões concernentes à formação acadêmica: a família. Embora não estivesse prevista como categoria de discussão, sentimo-nos impelidos a abordar, ainda que brevemente, suas relações com a experiência do jovem na universidade, tamanha a dimensão e amplitude de sua influência sobre os caminhos trilhados neste contexto.

Na qualidade de instância de socialização primária, a ela cabe regular, em conjunto com outras esferas, o conjunto de disposições de ação e pensamento individuais imanentes ao *habitus*. Para Bourdieu (1998), essa instituição, mediante juízos e intervenções de caráter avaliativo aferidos sobre as iniciativas de seus integrantes, contribui para a inculcação dos parâmetros sociais, pelos quais, o indivíduo orienta sua conduta, na busca de capital simbólico – nesse caso, o reconhecimento dos pares. Este condicionamento, explica o autor, tem início desde a mais tenra idade:

[...] os efeitos sociais do *fatum* familiar, entendido como conjunto dos veredictos, positivos ou negativos, emitidos sobre a criança pela família, enunciações performativas do ser da criança que fazem ser aquilo que enunciam, ou, de maneira mais subtil e mais dissimulada, o conjunto das censuras silenciosas impostas pela própria lógica da ordem doméstica como ordem moral, não seriam tão poderosos, nem tão dramáticos, se não estivesse sobrecarregados de desejo e, a favor do recalçamento, enterrados no mais profundo do corpo, onde se registram sob a forma de culpabilidades, de fobias, ou, numa palavra, de paixão (BOURDIEU, 1998, p. 148).

À luz de alguns dos depoimentos reunidos, não foi difícil verificar a manifestação deste conceito, que, nesse caso, fez-se presente como “agravante” da clivagem já instaurada no grupo pesquisado. Notamos que a vivência familiar adquiriu conotações diametralmente opostas na relação dos jovens com a docência – fato que culminou também na edificação de seus projetos para o futuro. Nesse sentido, a primeira tendência observada corresponde à subsunção da relevância sociocultural da profissão, ao seu grau de rentabilidade econômica. Os relatos dos jovens de menor participação revelam a operacionalização desta lógica, na classificação do curso e da função professoral:

*[...] eu acho que é muito desgastante, pelos estágios que a gente já teve, [e] pelo que eu conheço de professor. Tem muito professor na minha família. Não é lucrativo do ponto de vista financeiro. Não é rentável. Todo o preconceito familiar que eu sofro, pressão de que: “você tem que trabalhar”; “isso não dá dinheiro”; “você perdeu quatro anos da sua vida, jogou pela janela”. Todo mundo fala isso pra mim, e isso é uma coisa que cansa. Então eu quero começar a trabalhar, e fazer um outro curso que valha a pena pra minha vida. Por que esse, pra mim, contribuiu com muita coisa, mas não coisas que vão me dar dinheiro (JONAS).*

Quanto a isso, sabe-se que as fronteiras entre o que é de interesse do jovem, e aquilo que é desígnio ou imperativo familiar, são difusas e altamente porosas. Mesmo assim, fica evidente que a estes jovens foi legada uma espécie de herança coercitiva, pela qual, estes se veem obrigados a dar continuidade aos projetos de vida parentais. Como bem observam Presta e Almeida (2008), os jovens dotados das pretensões mais ambiciosas para o futuro profissional, de ordinário, são aqueles originários de famílias cuja trajetória de mobilidade socioeconômica indica, até a sua geração, uma fase de ascensão.

Já no outro pólo da divisão, encontram-se as vivências familiares que agem como núcleos fortalecedores da autonomia do jovem. Nesse grupo, enquadram-se os licenciandos que puderam exercer livremente as escolhas atinentes à carreira, sem com isso sofrer nenhum tipo interdição moral. Os indivíduos mais “engajados” destacam a importância que os reforços positivos da família exerceram sobre suas tomadas decisão:

*Coisas que eu vivi no curso foram me mostrando a responsabilidade da EF: melhorar a qualidade de vida das pessoas. Quando comecei a perceber que isso na EF tinha lugar, acho que foi me dando gosto pra querer ser professor da escola [...] Eu sempre falei que ia fazer faculdade de EF, mas não tinha isso muito certo. Nunca minha família falou: “ah! Faz outro curso!” Eles sempre me apoiaram muito. Até na questão financeira também, por que eles sempre me deram apoio pra ir pra congresso, me bancaram sem questionar. Mas é menor, por que o incentivo que eles deram é muito maior do que o financeiro (CESAR).*

Por fim, convém ressaltar que tais formas de socialização são elementos que perpassam todo o período de formação acadêmica, não se restringindo a momentos isolados e manifestações pontuais. Por isso, admite-se que as experiências construídas no âmbito da família exercem um papel central na (re)definição dos rumos

seguidos pelo jovem, nos domínios do ensino superior. cremos que tal laço se consuma mediante o processo de inculcação de padrões de compreensão e de esquemas axiológicos, que atuam nos processos classificação e delimitação dos limites e possibilidades inerentes à escolha profissional.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as inferências permitidas, está a certeza de que não esgotamos a discussão pertinente ao trinômio composto por Juventude, formação profissional e Educação Física. Pelo contrário, ressaltamos que o intuito deste trabalho foi justamente introduzir a problemática, por meio da apresentação de seus aspectos constitutivos, visando sensibilizar o leitor acerca de sua relevância, para os estudos que buscam abranger os agentes implicados na configuração do *ser professor*.

Para tanto, ainda é essencial dar visibilidade aos fatores subjetivos e socioculturais que exercem influência sobre a estrutura identitária docente, com a pretensão de revelar suas consonâncias, seus conflitos e suas contradições. Como categoria de análise, a Juventude representa uma via profícua de ponderação sobre os aspectos antropológicos, históricos, psicológicos e sociológicos, que afetam a personalidade do professor em formação. Se levada a sério, esta demanda pode render valiosas contribuições a diferentes tipos de projeto pedagógico, acadêmicos ou não. Imbuído-os com os saberes concernentes ao jovem e a seus elementos periféricos, os processos de ensino-aprendizagem poderão estabelecer novas linguagens, conhecimentos e recursos, capazes de potencializar o diálogo entre currículo e indivíduo, desestabilizando a noção genérica de sujeito que perdura em sua matriz.

É importante frisar que os agentes inseridos nesta fase da vida investem parcela considerável de suas forças, na procura por parcerias, ideias e atividades, que reflitam e, ao mesmo tempo, cativem sua individualidade. cremos, então, que o desafio maior, no tocante à formação docente, envolve a formulação e implementação de ações estratégicas, capazes de reduzir a centralidade atribuída pelo jovem ao consumo, pois, esse tipo de filiação é, em muitos casos, avessa aos processos formativos de natureza emancipatória.

Com base nas informações expostas, também deduzimos que os elementos mediadores da relação entre o jovem e a docência adquirem conotações múltiplas no âmbito da formação acadêmica. De antemão, reafirmamos que este trabalho não propôs a elencar, de modo enciclopédico, todos os agentes implicados nesta articulação, ou mesmo exaurí-los em todas as suas vias de reflexão. Buscou-se tão somente relevar as nuances inerentes a esta articulação, trazendo à luz sua proficuidade para a compreensão dos processos que regem a constituição da(s) identidade(s) docente(s).

Visto isso, destacamos como principais pontos de tensão da problemática, os seguintes aspectos: a) sentidos e significados da (EF no processo de) escolarização; b) consumo & individualidade; c) maioria & autossuficiência; d) profissionalidade & reconhecimento; e) convívio com os pais & demais experiências familiares. A clivagem preliminar do grupo investigado, por meio da qual, obtivemos dados de acadêmicos com trajetórias distintas no curso, deu pistas de que todas estas variáveis convivem numa estrutura complexa e hierarquizada, cujos arranjos e disposições afetam tanto os modos de conceber a docência, quanto as maneiras de agir em relação às

oportunidades formativas da universidade.

Notamos ainda que esta teia de relações, em geral, também encobre projetos de vida, ora constringendo-os, exigindo a sua reorganização, ora fortalecendo-os, servindo de base estratégica. Em meio a essa instabilidade, os significados atribuídos à docência também divergem: enquanto os jovens de participação mais “tímida” se focaram em sua (des)importância material, fazendo eco a princípios típicos da sociedade dos consumidores, que são reiterados no círculo familiar; os acadêmicos mais “ativos”, movidos pela autonomia e liberdade intocadas pelos pais, deram vulto ao mérito simbólico-social da profissão, alinhando-a às suas utopias de um mundo melhor e mais justo. Por fim, ressaltamos a urgência de estudos centrados na figura do egresso, posto que esforços desta natureza possibilitam a melhor articulação das pesquisas sobre a formação inicial, com aquelas que visam mapear suas implicações para a condição e as práticas docentes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. *Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção*. Vitória: Proteoria, 2001.

COHN, G.. Dos riscos que se corre nas ciências sociais. *Tempo Social*. USP, São Paulo, n. 13, p. 39-47, mai. 2001.

(AUTOR). 2009.

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. *A Juventude no Brasil*. Acesso em: 15 de jun. 2009. Disponível em: [http://www.cmpbh.com.br/arq\\_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf](http://www.cmpbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf).

FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação docente, currículo e saber. In: CAPARROZ, F. E. *Educação Física Escolar: Política, Investigação e Intervenção*. Vitória: Proteoria, 2001.

\_\_\_\_\_. Experiências sociocorporais e formação docente em Educação Física. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.14, n.01, p 85-110. Jan./Abr. 2008.

HALL, S. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Jan: DP&A, 2005.

KEHL, M. R. A Juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 89-114, 2004.

LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 118, p. 65-88, mar. 2003.

LIPOVETSKY, G. *A sociedade da decepção*. Barueri: Manole, 2007.

NUNES, E. *Ensino Universitário, Corporação e Profissão: Paradoxos e dilemas estratégicos do Brasil*. Observatório Universitário, 2006. Acesso em: 11 de jun. de 2009. Disponível em: [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/..%5Cpdf\\_docs%5CDoctrab55.pdf](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/..%5Cpdf_docs%5CDoctrab55.pdf).

MACHADO, T. S. et. al. As práticas do desinvestimento pedagógico na Educação Física Escolar. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 129-147, 2010.

MTV Brasil. *Dossiê Universo Jovem 3*. Acesso em: 23 de Jul. 2008 Disponível em: [www.mtv.com.br](http://www.mtv.com.br).

NOVAES, R. Juventude e sociedade : jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, 2007.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995.

NUNES, E. *Ensino Universitário, Corporação e Profissão: Paradoxos e dilemas estratégicos do Brasil*. Observatório Universitário, 2006. Acesso em: 11 de jun. de 2009. Disponível em: [http://www.databrasil.org.br/Databrasil/..%5Cpdf\\_docs%5CDoctrab55.pdf](http://www.databrasil.org.br/Databrasil/..%5Cpdf_docs%5CDoctrab55.pdf).

PAIVA, F. S. L.; ANDRADE FILHO, N. F.; FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação docente e Currículo no CEFD/UFES. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 213-230. 2006.

PEREGRINO, M. *A fecundidade da noção de moratória (vital/social) para análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos*. Anped, 27, Anais... Caxambu: Anped, 2004.

RIBEIRO, R. J. Política e juventude: o que fica de energia. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, p. 19-33, 2004.

SGUISSARDI, V. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SZYMANSKI, H. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano, 2002.

PRESTA, S.; ALMEIDA, A. M. F. Fronteiras imaginadas: experiências educativas e construção das disposições quanto ao futuro por jovens dos grupos populares e médios. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 401-424, mai/ago, 2008.